

COMUNICADO TÉCNICO

Meio Ambiente



FIERGS CIERGS

CONSEMA aprova Resolução que estabelece critérios e procedimentos no Licenciamento Ambiental para a Autorização de atividades ou empreendimentos que afetem as Unidades de Conservação

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 25/07/2016, a Resolução CONSEMA nº 319/2016, que estabelece critérios e procedimentos para a Autorização de Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as Unidades de Conservação Estaduais e Municipais integrantes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e seu entorno (Zonas de Amortecimento e área circundante de 10km).

Esta Resolução regulamenta um procedimento importante, que trata de uma autorização específica para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades junto ao gestor da unidade de conservação. Este procedimento é estabelecido no parágrafo único do Art. 55 da Lei Estadual nº 11.520/2000 que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, que exige que seja analisado eventuais impactos de empreendimentos que pretendam se instalar num raio de dez quilômetros das Unidades de Conservação (UC).

Os principais destaques dos critérios e procedimentos para a obtenção de autorização junto ao gestor da Unidade de Conservação são:

1. Os Órgãos Licenciadores Federal, Estaduais e Municipais deverão solicitar a autorização ao órgão responsável pela administração da UC para licenciamento de atividades situadas na Zona de Amortecimento (ZA) ou na sua área circundante de 10 km.
2. No caso de licenciamento ambiental que afete UC federal, será observado e aplicado somente nas hipóteses estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 428/2010.
3. Os Licenciamentos em áreas que afetem RPPN serão solicitados ao órgão de criação da UC que dará ciência ao proprietário.
4. Em casos de EIA/RIMA o órgão responsável pela administração da UC terá 15 dias para manifestar-se sobre conteúdo específico no Termo de Referência - TR.
5. Para os empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, o órgão responsável pela administração da UC deverá estabelecer, em ato normativo de caráter geral ou por tipologia de empreendimento ou atividade, quais informações e estudos serão necessários para autorização.
6. Quando o órgão responsável pela administração da UC indeferir a Autorização para Licenciamento Ambiental, o empreendedor terá seu requerimento de licença ambiental indeferido pelo Órgão Licenciador.
7. Poderá haver a interposição de recurso do indeferimento no prazo de 30 dias perante o órgão licenciador, ficando a análise do recurso a cargo do responsável pela administração da UC.

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS - GETEC

Coordenador: Walter A. R. Fichtner

Telefone: (51) 3347-8791

E-mail: codema@fiergs.org.br

8. O órgão responsável pela administração da UC analisará e manifestar-se-á sobre os impactos ambientais da atividade ou empreendimento na Unidade de Conservação.
9. A Autorização para Licenciamento Ambiental poderá estabelecer restrições e condicionantes para implantação e operação da atividade ou empreendimento desde que guarde relação direta com os objetivos da UC.
10. O órgão responsável pela administração da UC poderá solicitar ao órgão licenciador informações e documentos complementares uma única vez, salvo quando decorrerem das complementações solicitadas, e deverá se manifestar conclusivamente no prazo de 60 dias contados da entrega da totalidade dos documentos.
11. A não apresentação das informações, documentos e estudos complementares, no prazo deferido ao empreendedor pelo órgão licenciador, ensejará o arquivamento da solicitação de Autorização para Licenciamento Ambiental e, conseqüentemente, do processo de Licenciamento Ambiental.
12. Na hipótese de indeferimento da Autorização para Licenciamento fica facultado ao empreendedor, apresentar alternativas ao projeto em análise que busquem compatibilizar o empreendimento com a UC.
13. A Autorização para Licenciamento Ambiental será solicitada para as UCs cadastradas do Sistema Estadual de Unidades de Conservação até a data de requerimento da primeira licença ambiental.
14. Ficam previamente autorizados, não sendo necessário solicitar a Autorização para Licenciamento Ambiental, as atividades e empreendimentos:
 - I - classificados como de baixo impacto ambiental e situados na área circundante de 10 Km ou na zona de amortecimento, salvo regramento contrário previsto no Plano de Manejo;
 - II - situados na área circundante de 10km de APA ou de RPPN, à exceção daqueles de significativo impacto ambiental sujeitas a EIA/RIMA;
 - III - situados fora da zona de amortecimento, nas UC em que esta estiver estabelecida, mesmo que inseridos na área circundante de 10km;
 - IV - cujas tipologias foram previamente analisadas e definidas pelo órgão responsável pela administração da UC;

Disponível documento anexo com a íntegra da Resolução CONSEMA 319/2016.

CONSEMA aprova Resolução que estabelece condições especiais para lançamento de efluentes tratados por sistemas de esgotamento sanitário (SES)

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 25/07/2016, a Resolução CONSEMA nº 317/2016, que dispõe sobre condições especiais para lançamento de efluentes tratados por sistemas de esgotamento sanitário.

A justificativa para aprovação da resolução está relacionada a dificuldade de licenciar Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) considerando a equação de relação de vazão de lançamento do efluente e do corpo receptor, em especial para os municípios situados em cabeceiras de bacias hidrográficas.

A Resolução aprovada estabelece que a equação de relação entre as vazões do efluente e do corpo receptor, previstas no Art. 7º da

Resolução CONSEMA nº128/2006, não é aplicável a Sistemas de Esgotamento Sanitário Públicos. Neste caso, é permitido o lançamento de efluentes tratados de sistemas de esgotamento sanitário públicos em corpos de água mesmo que a vazão de lançamento seja maior do que a vazão do corpo hídrico receptor, condicionado a apresentação de parecer que comprove a redução de cargas poluidoras que impactam o meio ambiente.

Os padrões de lançamento para SES novos, serão estabelecidos em função da vazão do efluente tratado a ser lançado, permanecendo o estabelecido na Resolução CONSEMA nº 128, de 24 de novembro de 2006, em especial atenção aos artigos 20, 21 e 22.

A nova Resolução do CONSEMA permitirá à FEPAM emitir as licenças ambientais dos SES, bem como aplicar os recursos recebidos do PAC para instalação e operação das estações de tratamento de esgotos em aproximadamente 60 municípios.

O grupo de trabalho criado pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONSEMA, que foi responsável pela construção da proposta, continuará se reunindo para avaliar a possibilidade de suspender a aplicação do Art. 7º da Resolução CONSEMA nº 128/2006 também para efluentes industriais.

Disponível documento anexo com a íntegra da Resolução CONSEMA 317/2016.

CONSEMA aprova Recomendação para revisão das Normas que instituem os Conselhos Gestores das Áreas de Preservação Ambiental (APA)

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 25/07/2016, a Recomendação do CONSEMA nº 02/2016 que trata da revisão das normas que instituem os Conselhos Gestores das Áreas de Preservação Ambiental (APA). A Recomendação é para que no prazo de 120 dias sejam revisadas as normas dos Conselhos Gestores das APAs, a fim de que estes passem a ter natureza consultiva, de acordo com a prática nacional registrada na Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014 e no Manual "Conselhos Gestores de Unidades de Conservação" do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Segue abaixo o texto da recomendação na íntegra.

RECOMENDAÇÃO Nº. 002/2016

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1.994,

CONSIDERANDO a sua competência regradada no artigo 39, inciso III, do Regimento Interno (Resolução CONSEMA 305/2015);

CONSIDERANDO a necessidade de revisão da estruturação dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental – APAs, para que fiquem de acordo com a prática nacional, registrada na Instrução Normativa ICMBIO 09/2014 e explicitada no Manual "Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais" do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO;

RECOMENDA que no prazo de 120 dias sejam revisadas as normas que instituíram os Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental, a fim de que estes passem a ter a natureza consultiva.

Porto Alegre, 14 de julho de 2016.

Maria Patrícia Mollmann
Presidente do CONSEMA
Secretária Adjunta do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Código: 1657590

FEPAM publica Portaria que exige a implantação da norma ABNT/NBR ISO/IEC 17.025 nos laboratórios

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 12/05/2016, a Portaria FEPAM nº 37/2016 que dispõe sobre a exigência de implantação da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 nos laboratórios que realizam amostragem e análises ambientais no Estado do Rio Grande do Sul e estabelece a obrigatoriedade de estarem acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

A Portaria fixa o prazo de 02 (dois) anos, a partir da data de publicação, para que os laboratórios que realizam coletas e análises ambientais, no âmbito do Rio Grande do Sul, sejam acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Também fixa o prazo de 01 (um) ano para que os laudos de análise das atividades de aterros industriais e centrais de recebimento de resíduos e efluentes, em virtude de seu alto potencial poluidor, venham a ser realizados por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

As exigências de acreditação serão aplicadas às atividades de amostragem e análise referentes as seguintes matrizes ambientais:

- I - água subterrânea em poço de monitoramento para método de purga por baixa vazão;
- II - água para consumo humano;
- III - água bruta em poço tubular para fins de abastecimento;
- IV - água superficial;
- V - efluentes líquidos;
- VI - resíduos sólidos;
- VII - solo e sedimentos;
- VIII - emissões atmosféricas em fontes estacionárias;
- IX - ar atmosférico em monitoramento automático e manual.

Disponível no Link, a íntegra da Portaria FEPAM nº 37/2016.

[Link](#)

FEPAM publica Portaria que institui procedimento on-line para licenciamento de comércio varejista de combustíveis

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 03/06/2016, a Portaria FEPAM nº 41/2016 que dispõe sobre o procedimento eletrônico digital on-line em Web para renovação de Licença de Operação no Comércio Varejista de Combustíveis no âmbito de competências da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM.

Destaca-se que o sistema de renovação de Licença de Operação na atividade de Comércio Varejista de combustíveis será acessado tão somente pelo Responsável Técnico credenciado ou habilitado pelo empreendedor, conforme estabelecido no Art. 2º da Portaria FEPAM nº 06/2014.

Disponível no Link, a íntegra da Portaria FEPAM nº 41/2016.

[Link](#)